

Valores ético-cristãos e a Retórica Sacra no Período Filipino: Análise dos Sermões nas Exéquias de D. Teodósio, D. Afonso de Mendonça e D. Miguel de Castro.

JULIANA RODRIGUES SIMÕES*

A partir do estudo dos sermões no período filipino e de que forma a retórica se apresenta nestes discursos, é necessário perceber suas especificidades como gênero narrativo.

Assim, de acordo com a perspectiva de Pécora, voltada mais para análise dos tropos lingüísticos presente nos sermões, é importante perceber que o modelo sacramental da pregação constitui a noção de verdade em duas instâncias principais: a história não pode ser compreendida autonomamente desvinculada da atividade divina que a constitui tampouco admitir essa realidade de busca de vestígios divinos na história dos homens como única instância presente, considerando assim os sermões em sua totalidade.¹

A retórica como instrumento recorrente nos sermões vai além da busca de produzir efeitos em seu público, possuindo uma certa dimensão pragmática em relação ao seu discurso. Deste modo, a “busca retórica de efeitos, de modo algum, pode ser pensada como um conjunto frívolo(...) de impactos ornamentais sem função política ou justificação hermenêutica-teológica.”²

Neste modelo sacramental dos sermões, a mediação entre o humano e o divino provoca uma identidade comum produzindo assim um corpo místico responsável por uma “associação hierárquica e institucional” na qual “o Estado cristão deve a legitimidade de sua existência”³

A formação de um Estado cristão através da criação de um corpo místico e da presença divina favorece sua “coesão e permanência” no qual a união dos homens neste

*Mestranda do PPGHIS/UFRJ. Bolsista Capes.

¹ PÉCORA, Alcir. “Sermões: o modelo sacramental” In: VIEIRA, A. *Sermões*. Seleção de Alcir Pécora. São Paulo: Hedra, 2001. p. 14.

² Ibid., p. 16

³ Ibid., p. 21.

corpo místico é reforçada pela idéia de Providência, de uma ação apostólica eficaz, uma missão no mundo vinculada à idéia de salvação.

Dessa forma, a idéia de união entre os homens baseada em uma ética cristã com valores vinculados ao amor, concórdia e amizade se vincula a um certo tipo de organismo de poder que contribui para a consolidação de um Estado cristão na qual os objetivos e ações tomadas se conectam com o princípio de união entre os homens pela vontade de Deus.

Assim, neste modelo sacramental, a idéia de corpo místico se estende à esfera do Estado na qual “a noção de cristandade e política não se contradizem”. Este corpo místico vinculado à união entre os homens tem seu êxito na medida em que respeita “a hierarquia das ordens sociais da monarquia (...), que não são dissolvidos”⁴. Assim, a concórdia ocorre na medida em que se respeita e adere às hierarquias na qual a união coletiva se dá pelas ordens estáveis deste corpo místico.

De acordo com Pécora, no universo sacramental não é relevante a contestação das hierarquias pois “são elas próprias da Hierarquia de leis a reger o mundo desde a criação”. Deste modo, em relação a este universo sacramental devemos nos atentar a crítica dos “vícios corrigíveis e admoestar o corrupto de seus costumes.”⁵

Portanto, devemos considerar ao modelo de oratória sacra a aliança entre teologia, retórica e política formando uma unidade semântica na qual o pregador possui a função de examinar e ordenar os signos divinos como provas discursivas “capazes de mover vontade e razão dos fiéis e, enfim, sistematizá-los como política voltada para o triunfo histórico do corpo místico.”⁶

Além destes aspectos, é essencial considerarmos a importância da retórica como um instrumento muito utilizado nos sermões de modo a persuadir seja o ouvinte ou o leitor. Neste sentido, ao estudarmos um período de crise em relação à União Ibérica, principalmente nas décadas de 20 e 30 no Portugal de Seiscentos, percebemos uma maior importância da utilização da retórica como um instrumento não somente de convencimento e persuasão como também de mobilização.

⁴ PÉCORA, Alcir. Op. Cit. p. 23.

⁵ Ibid., p. 24.

⁶ Ibid., p. 25

Nesta perspectiva, ao abordar os contrastes no campo da linguagem José Murilo de Carvalho no artigo *História Intelectual no Brasil: a Retórica como chave de leitura* irá apresentar a retórica tradicional como uma ferramenta metodológica para o historiador. Ao abordar os contrastes no campo da linguagem o autor irá se concentrar nas práticas retóricas a fim de demonstrar as contribuições desta no campo da análise histórica.

De modo distinto à “virada lingüística” que recuperou a importância dos aspectos retóricos do discurso, o autor irá se afastar de posições radicais em que se reduz as análises à linguagem. Deste modo, além da linguagem e do texto há a relação destes ao autor e leitor.

É importante se atentar para os efeitos decorrentes de aspectos retóricos dentro de um discurso. A retórica tem o poder de convencer através de argumentos assim como no campo da lógica; porém a retórica vai além na medida em que atinge argumentos meta-rationais, argumentos em que se envolve juízos de valor.

Por vezes o convencimento não é suficiente para despertar a vontade, portanto, a retórica como instrumento que vai além da lógica e da razão tem o poder de persuadir e induzir à ação.⁷

Deste modo, a retórica possui algumas características importantes para se trabalhar textos de um determinado período, por exemplo, “a relação estreita entre os argumentos e a pessoa do orador”; o campo da argumentação que na retórica é aberto e neste sentido a necessidade de utilização de “redundâncias e do uso das figuras de linguagem para persuadir o ouvinte ou leitor”; bem como “a importância do auditório” para que se escolha os argumentos e estilos mais adequados à persuasão de seu público e “a modificação parcial da posição dos opositores para se chegar a um ponto de acordo” Assim, a retórica pode ser considerada como um “campo do debate democrático”⁸, distinta das argumentações puramente racionais. Desse modo, “a guerra política acaba sendo também uma guerra contra a retórica, ou melhor, uma guerra de retóricas.”⁹

⁷ CARVALHO, José Murilo de. *História Intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura*. . Topoi. Rio de Janeiro, n. 1 p. 137

⁸ Ibid., p. 138.

⁹ Ibid., p. 146.

Assim como José Murilo de Carvalho se afasta da “virada lingüística”, Ginzburg também adotará essa posição e, deste modo, analisa a retórica em uma outra perspectiva, na qual recorrendo a tradição aristotélica, vincula retórica à prova.

Assim, Ginzburg irá criticar a análise da retórica, nesta corrente pós-moderna, que reduz a verdade a um conjunto de tropos. O autor, assim, condena o relativismo radical identificando a prova como núcleo racional da retórica.

Partindo da idéia de compatibilidade entre retórica e prova, Ginzburg irá afirmar que a retórica “se move no âmbito do provável, não no da verdade científica(...)”¹⁰. Para o autor, a crítica a um radicalismo cético não admite, por outro lado, a aceitação da utilização das fontes como um meio de acesso direto à realidade. Elas são, por sua vez, como espelhos deformantes na qual a análise dessa distorção não é incompatível com a idéia de prova.¹¹

Assim, o autor considerará o entimema, a principal das provas técnicas presente na retórica, no qual utilizando um número reduzido de premissas “só os entimemas baseados em signos necessários (tekmeria) permitem chegar a conclusões irrefutáveis”.¹² Assim, percebemos que as premissas tácitas presentes em uma determinada comunidade estão implícitas em um discurso, não havendo necessidade de enunciação para haver compreensão.

Neste sentido, através de reconstruções da história humana percebemos que estas implicam uma série de conexões naturais e necessárias (tekmeria) que possuem caráter de certeza. A partir destas conexões naturais, o pesquisador trabalhará no âmbito do verossímil, utilizando o entimema para alcançar, cada vez mais, uma maior proximidade ao extremamente verossímil.

Assim, é necessário percebemos que a retórica vai além do objetivo de convencimento, de persuasão, na qual a prova constitui seu núcleo central. Nos sermões do período a retórica é utilizada como instrumento de crítica sobre variados aspectos da dominação filipina, fazendo uso recorrente de alegorias e metáforas para expressar as insatisfações sociais vista sob a ótica de um discurso específico.

¹⁰ GINZBURG, Carlo. *Relações de Força: História, Retórica, Prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 41.

¹¹ GINZBURG, Carlo. Op. Cit. p. 44.

¹² Ibid., p. 50.

A utilização de alegorias foi utilizada pelo jesuíta Padre Francisco de Macedo no sermão de São Tomé em 1636, para demonstrar o estado lastimoso que se encontrava o Império português no Oriente no domínio filipino. O jesuíta organiza toda uma estrutura alegórica extraída do Evangelho de São João Vers. 27 cap. 20. na qual “ o Santo visiona nas chagas de Cristo o passado e o presente das conquistas portuguesas na Ásia. Passo a passo se contrapõem o esplendor e o heroísmo de outrora à decadência e passiva indiferença do momento”¹³

A metáfora também foi um recurso muito utilizado nos sermões para demonstrar insatisfação à dominação filipina. A metáfora do pelote, citada em alguns sermões no período, na qual um homem “velho, pobre, roto e esfarrapado” representava Portugal. Outra metáfora significativa aludindo a decadência de Portugal é proferida por Frei João da Conceição em 15 de setembro de 1640, na festa de São Vicente. Em seu sermão diz que “deste Gigante de Portugal já não há mais que os ossos e ainda lhes roem depois de lhe comerem a carne”¹⁴

Outra forma retórica bastante recorrente nos sermões do período é buscar citar autoridades como Aristóteles, Sêneca, e religiosos como Santo Agostinho entre outros para validar suas afirmações.

Segundo José António Saraiva ao tratar de duas concepções seiscentistas de discurso, exemplificadas pela obra de Baltazar Gracian *Arte de Ingenio* e de Matteo Peregrini *Delle acutezze che altrimenti spiriti*, percebe que a retórica utilizada pelos escritores ibéricos vai além da perspectiva estética, sendo parte essencial da elaboração de argumentos presente em um discurso.

Através do conceito de agudeza, o autor ira contrapor duas concepções de discurso em que para Peregrini a relação entre os membros presentes na agudeza se estabelece uma relação artificial, visando ao estético e não ao verdadeiro. Para Peregrini ela só deve ser validada quando “estabelecem relações reais entre coisas, por meio de uma boa figura entimemática(...)”¹⁵

¹³ MACEDO, Francisco. apud MARQUES, João Francisco. *A Parenética Portuguesa e a Dominação Filipina*. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986. p. 188.

¹⁴ NATIVIDADE, Luis. apud. MARQUES. Op. Cit. p. 200; CONCEIÇÃO, João da. apud MARQUES p. 269.

¹⁵ SARAIVA, p. 174.

Distinguindo-se desta perspectiva Gracian não irá diferenciar significante e significado considerando “a palavra objeto tanto se a palavras como a coisas”¹⁶.

Além da presença da retórica nos sermões do período é importante ressaltar as relações e influências do espaço eclesiástico na organização social, sendo a Igreja um importante pólo político. Grande parte deste poder é decorrente de sua autonomia jurisdicional, no qual dispõe de um direito que lhe é próprio: o direito canônico. Além disso, a Igreja contava com outros privilégios como o direito de asilo e a imunidade fiscal bem como dispunha da “autonomia dogmática, de governo e disciplinar, podendo impor penas canônicas e temporais nas matérias espirituais(...) e eclesiásticas(...)”.¹⁷

Em relação a esses privilégios a Coroa procurava conter de diversas formas, como por exemplo, através do beneplácito, o direito de padroado e as inúmeras proibições à aquisição de bens em nome da Igreja.

Apesar de algumas restrições e contenções do poder por parte da Coroa, a Igreja possuía o reconhecimento de sua autonomia político-institucional e usufruía de proteção real em relação a sua disciplina como também contava com o apoio régio que exercia penalidade temporal às práticas de crimes religiosos porém no período de dominação filipina é possível perceber inúmeras tentativas por parte da Coroa de retirar parte dos privilégios eclesiásticos, acentuando as hostilidades entre as esferas de poder.

É o caso do diferendo denominado litígio das capelas, na qual apoiada em leis a Coroa implanta a proibição dos bens de raiz por parte da Igreja tomando estes bens e passando a seculares. Tal diferendo provocou grande hostilidade do clero e das ordens religiosas contra a Coroa. Em 1636, em relação ao diferendo real, o coleitor pontifício em Portugal, Castracani, publicou um edital de excomunhão aos que auxiliassem a Coroa na usurpação dos bens eclesiásticos.¹⁸

Outro exemplo significativo foi o motim de Vila Real em 1636, sendo instigada por eclesiásticos devido ao aumento de tributos régios. As sucessivas perdas de privilégios como a isenção de tributos, acentuou ainda mais as críticas do clero

¹⁶ Ibid. p. 174.

¹⁵ 290 HESPANHA, A.M. “A Igreja”. In: MATTOSO, José (Dir.); HESPANHA, A.M. (Coord.). *História de Portugal: O Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993. p. 290

¹⁸ MARQUES, João Francisco. Op. Cit. p. 185

português à certas decisões do governo, atribuindo as crises externas e internas à castigos divinos pelas atitudes da Coroa em relação aos eclesiásticos.¹⁹

Em relação a este poder político presente no espaço eclesiástico percebemos uma grande importância dos sermões como forma de difusão de idéias e de persuasão da população local já que a Igreja era o principal espaço de sociabilidade no período, onde se destacava a presença de questões políticas nas pregações religiosas, a respeito do cotidiano da vida local.

É através da capacidade de intervenção da população pela difusão de idéias através de sermões bem como pelas práticas dogmáticas, que a Igreja fortalecerá seu poder e sua autonomia política frente à tendência de contenção real à esfera de ação eclesiástica.

Deste modo, analisar a dimensão religiosa do político é essencial para compreendermos os elementos estruturantes da sociedade no século XVII, já que as práticas sociais e políticas em Portugal eram marcadas por fundamentos católicos, permeados por uma forte moral cristã.

Em grande parte das obras do período, é possível perceber outra lógica presente no Antigo Regime em que há concepções morais calcadas na idéia de bem-comum, em uma dinâmica comunitária baseada em um modelo familiar de organização.

Nesta sociedade comunitária, valores cristãos tal como a generosidade e o desprendimento, eram qualidades constantemente atribuídas à aristocracia. Neste sentido, a ligação entre este grupo e o monarca era vista como natural já que essa relação provinha da idéia de “semelhança e da comunidade de interesses entre o monarca e a nobreza, apresentando os aristocratas como os melhores amigos do rei e como os melhores governantes, não só por serem mais capazes de amar o monarca, mas sobretudo por sua natureza superior os tornar menos egoístas e mais aptos a amar o ‘bem comum’ do reino.”²⁰

A partir desta lógica a prática de oferecimentos de regalias e mercês, como uma remuneração por serviços prestados pela nobreza, “é retratada como um gesto de gratidão, sinal de que entre o rei e a aristocracia existe um laço fundamentalmente moral

¹⁹ MARQUES. Op. Cit. pp. 186, 206.

²⁰. CARDIM, Pedro. “Religião e ordem social. Em torno dos fundamentos católicos do sistema político do Antigo Regime” In: *Revista de História das idéias*. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias, p. 161.

e afetivo, o qual impõe rigorosos deveres morais de serviço, de fidelidade, de obediência e de gratidão.”²¹

Neste sentido, percebemos que na sociedade do século XVII, a moral católica era, aliada ao direito, um dos principais instrumentos de organização comunitária. Assim, as ligações afetivas contribuía para a coesão social, definindo direitos e deveres, capazes de exercer um poder maior em relação à “aquela que emanava das leis promulgadas pelo rei, ou dos contratos firmados por duas pessoas.”²²

A partir desta análise da sociedade do período podemos melhor compreender o modelo de organização, predominantemente marcado pela lógica amorosa e religiosa, permeada por outros valores e significados, na qual a religião e política se entrelaçam e se complementam.

Assim, o sermão torna-se um discurso fundamental para atrair a atenção da população, já que a temática política e os comentários críticos à vida pública estavam presentes nestes discursos uma vez que não havia separação nítida entre as esferas espiritual e temporal na qual assuntos políticos se agregavam a temáticas ético-religiosas.

É evidente que tais críticas eram expostas nos discursos de maneira indireta, principalmente pela censura presente nos sermões impressos. Os recursos retóricos e figuras de linguagem, características comuns nos sermões do período, eram não só parte fundamental da oratória sacra como também eram utilizados para que o autor do sermão não se comprometesse em relação às críticas políticas destinadas aos governadores e até mesmo ao rei em seus discursos; sendo produzidos sermões de incidência política com considerável prudência.

Neste sentido, os sermões de exéquias de D. Teodósio, pertencente à família de Bragança, fornece consideráveis elementos para a compreensão do modo como se dava a produção de uma retórica específica em sermões de exéquias ao exaltar a família a qual pertence, bem como apontar para o contexto de crise em relação à dominação filipina.

²¹CARDIM, Op. Cit. p. 161

²² Ibid. p. 169

Além disso, estes sermões de exéquias de D. Teodósio “dada a persistência dos direitos do chefe da casa brigantina ao trono português, sempre intactos e cada vez mais pertinentes, ofereciam inegável pretexto para afirmações de caráter autonomista”²³

Ao analisarmos um sermão pregado em 1632 por Bartolomeu Guerreiro, jesuíta de estreita relação com a Casa de Bragança, podemos perceber a princípio os instrumentos retóricos que utiliza para exaltar o referido D. Teodósio e a Casa de Bragança. Recorrendo a valores morais cristãos referindo a aquele como exemplo de “reais virtudes de são católico e santo príncipe, e se deixar a entender que o senhorio de grandes estados, e realeza de sangue nunca foram impedimento aos príncipes, que os lograram, para faltar com o que deviam de satisfação aos olhos divinos, e de raro exemplo aos olhos humanos”.²⁴

Além disso, como recurso retórico, Guerreiro utiliza a árvore genealógica da Casa de Bragança para citar a fidelidade dos antepassados desta Casa, tal como encontrada em D. Afonso de Portugal, bem como os serviços prestados ao rei na defesa contra os mouros auxiliando-o na tomada da cidade de Ceita, possuindo os reis “estável assistência que os Duques da casa de Bragança seus sobrinhos sempre lhe fizeram como tão chegados e unidos à casa real de Portugal(...) em que estivessem figuradas as obras políticas e cortesãos a que por prazeres reais os senhores da Casa de Bragança assistiram com tão estável companhia, como o fizeram nos períodos de guerra.”²⁵

Assim, Guerreiro apresenta a estima que os reis naturais de Portugal possuíam com a Casa de Bragança fazendo uma comparação dos reis naturais e estrangeiros em que aqueles se referiam, nas cartas dirigidas à Casa de Bragança, por excelência e estes por Alteza, demonstrando de certa forma um poder equiparável aos reis Filipes de Castela. Além disso, Guerreiro cita D. Sebastião para demonstrar a estima e honra que a Casa de Bragança detinha ao rei.²⁶

Neste sermão das exéquias de D. Teodósio, Guerreiro também aponta de que forma se deu a união entre as coroas destacando suas características, onde esta não se deu pelo casamento de pessoas reais mas de casamentos civis de reis com seus estados e

²³ MARQUES, Op. Cit. p. 175

²⁴ GUERREIRO, Bartolomeu. Sermões nas exéquias de D. Teodósio. Lisboa, 1632 (Ao leitor).

²⁵ Ibid. p. 10.

²⁶ Ibid. pp. 14- 14/2.

do juramento feito entre as Coroas, na qual “o juramento que os estados fazem de leal homenagem a seus reis e o que fazem a reis de guardar foros e antigos privilégios aos estados são casamentos civis e políticos, em que a vontade dos estados se casa com o querer do rei; e o poder da justiça e verdade do rei se casa com a consolação e conservação dos estados.” De forma sutil Guerreiro critica o governo no período ao destacar a necessidade de conservação dos estados bem como ao alertar, em seu discurso, os perigos de uma união deste tipo, na qual assim como “a falta de lealdade no casamento traz consigo a infâmia do adultério, a falta do juramento real e civil traz consigo a infâmia de perjúrio.” Assim, Guerreiro irá destacar os três casamentos civis que houve em Portugal com a união das coroas e o Juramento feito na vila de Tomar, vinculando a importância de D. Teodósio nas obras políticas do reino de Portugal.

Outro aspecto político a ser ressaltado neste sermão de exéquias escrito por Guerreiro, como também no sermão de André Gomes, é o momento em que Filipe pergunta à Teodósio o que este deseja para si e Teodósio responde ao rei que “ basta o que os reis passados avós de sua majestade e sua lhe tinham dado para com eles não faltarem seu real serviço”²⁷

Tal acontecimento, evidenciado por Guerreiro, não só demonstra sua retórica de exaltação à D. Teodósio como também a sua vinculação de parentesco aos reis naturais do reino, ressaltando também uma crítica ao governo filipino ao vincular grandes honras e mercês obtidas através dos reis naturais que eram suficientes para prestarem bons serviços ao rei e ao reino no período.

No decorrer do sermão Guerreiro menciona, de forma recorrente, os atributos reais presente na Casa de Bragança, ressaltando esta Casa como integrante da dinastia dos reis de Portugal e Castela bem como uma das grandezas que o reino de Portugal possuía. Assim, Guerreiro clama à Deus para que não permita “ que no trono imperial da Alemanha e no real da Monarquia de Espanha faltem descendentes e netos da Casa de Bragança tão famosa em ter por sucessores de seus progenitores, os maiores monarcas e imperadores da Europa”.

Ao analisar o sermão de exéquias de D. Teodósio escrito pelo jesuíta André Gomes, percebemos características semelhantes ao sermão de Bartolomeu Guerreiro, principalmente ao que concerne as referências à Casa de Bragança.

²⁷ GUERREIRO, Op. Cit. p. 19

André Gomes inicia seu sermão destacando as virtudes de um príncipe que são a fé, a esperança e a caridade. Estas virtudes demonstram como a moral cristã era vinculada à política no período pois estas virtudes “são as que num príncipe mais devem achar (...) supondo que a realeza, a grandeza e a majestade cresce e se conserva com a santidade e piedade.”²⁸

Neste sermão André Gomes irá, como recurso retórico, citar Santo Agostinho para enfatizar que “sem virtude e santidade não há honra, nem nobreza, nem majestade.”²⁹

Por outro lado, André Gomes irá criticar o ambiente de corrupção presente nas cortes no qual “a malícia humana e a maldita cobiça e ambição tem tão depravadas as cortes e casas dos príncipes (...) de que se colhe que gente de corte é mais arriscada e mais aparelhada para deixar a Deus.”³⁰ Assim, o jesuíta irá exaltar, em contraposição ao ambiente de corte, as virtudes cristãs presentes em D. Teodósio.

Assim como no ambiente de Corte, André Gomes também irá criticar os príncipes que se ocupam mais em “negócios de governo” a ponto de se afastar de Deus. O aspecto religioso presente no bom governo demonstra como a moral cristã fazia parte essencial da política no período. Podemos perceber também como a lógica de eficiência de um bom governo era distinta da lógica atual quando, por exemplo, André Gomes aconselha apresentar ao rei “homens de menos talentos pois os mais fortes se ocupariam de negócios de governo que veriam-se esquecidos e afastados de Deus.”³¹

Na concepção corporativa no Antigo Regime podemos perceber a presença de uma sociedade baseada na idéia de bem-comum, em uma organização em que há laços afetivos e elementos religiosos na qual o modelo familiar é transposto para a política, sendo um bom governante apresentado como um pai. Em uma constituição de família percebida como a base da organização social, a relação entre o senhor e o seu servidor é caracterizada pela proximidade, laços afetivos e o comprometimento.

Deste modo, o jesuíta André Gomes irá ressaltar essa relação entre os reis antepassados de Portugal e seus vassallos, vistos como filhos pois “eles na brandura e

²⁸ GOMES, André. *Sermão nas exéquias de D. Teodósio*. Lisboa, 1631. p. 4

²⁹ *Ibid.* p. 5

³⁰ GOMES, André. *Op. Cit.* p. 5

³¹ *Ibid.* p. 10.

modo como sempre governaram tais se mostraram em tal forma que em todas as nações do mundo se dizia que os mais reis e príncipes em seus estados eram senhores, porém os de Portugal eram pais”. O jesuíta continua este assunto fazendo uma sutil crítica aos castelhanos ao citar uma batalha de Touro travada entre o rei D. Afonso Quinto de Portugal e D. Fernando de Castela em que um fidalgo castelhano atribuiu melhor cavalaria e infantaria ao rei D. Fernando, ao que D. Isabel se manifestou dizendo que apesar dessa superioridade castelhana o rei de Portugal “peleja acompanhado de filhos , e nós só com vassalos.”³²

Tal como no sermão de Bartolomeu Guerreiro, André Gomes irá mencionar, no sermão de exéquias, o episódio em que D. Teodósio recusa as mercês oferecidas por Filipe, respondendo que “a Casa de Bragança está tão cheia de mercês dos reis seus avós que já não tem mais o que desejar.” Além de atribuir as mercês da casa de Bragança aos serviços prestados aos reis naturais de Portugal, o autor exalta de forma sutil este episódio; André Gomes ressalta também a necessidade da obtenção de mercês e regalias aos vassalos de Portugal através do pedido feito por D. Teodósio ao rei Filipe. André Gomes menciona que após a recusa as mercês, D. Teodósio pede ao rei Filipe que “seja servido pôr os olhos nos fidalgos portugueses para conhecer e estimar sua lealdade e premiar seus serviços.”³³, demonstrando assim o jesuíta uma crítica a ausência de distribuição de mercês aos vassalos portugueses pelos bons serviços prestados ao rei.

O sermão escrito em 1626 por Frei Simão da Luz, da Ordem dos Dominicanos, nas exéquias de D. Miguel de Castro, irmão de D. Diogo de Castro governador do reino de Portugal, possui importantes características deste tipo específico de discurso.

Tal como os outros sermões citados, este elaborado por Simão da Luz apresenta D. Miguel de Castro imbuído de virtudes cristãs. Assim, através do discurso do dominicano estão presentes diversos dogmas católicos como, por exemplo, a condenação ao acúmulo de riquezas em que “melhor é dar esmola, que ajuntar tesouros, ainda que sejam de ouro”³⁴.

A partir disso, Simão da Luz irá atribuir à D. Miguel de Castro várias práticas de um bom cristão, citando também Santo Agostinho a fim de ressaltar a importância da

³² Ibid. p. 11

³³ GOMES, André. Op. Cit. p. 11/2.

³⁴ LUZ, Simão da. *Sermão nas exéquias de D.Miguel de Castro*. Lisboa, 1626. F. 1A

prática da esmola e do jejum nas quais juntamente com a oração formam as principais virtudes de um homem.

E para enfatizar a importância destas virtudes, Simão da Luz, ao fazer uma comparação entre os pedidos feitos à Deus e aos príncipes, irá destacar a dificuldade de obter mercês no período, pois “em vós irdes a Deus, pode haver dúvida em vós ele despachar e conceder as mercês que lhe pedirdes, nenhuma(...) não é assim no mundo, não acontece assim aos homens em respeito dos príncipes e Reis da terra. Em vos irdes a eles e em vos valerdes deles quase não há dúvida: é certo ou quase certo, que vos não hão de conceder as mercês que lhe pedirdes.”³⁵

Com a intenção de validar o que escreveu a respeito de mercês, Simão da Luz utiliza diversas citações como meio retórico ao afirmar que em relação à dificuldade de obtenção de mercês “além da experiência de cada dia, estão os livros todos cheios”, bem como faz constantes citações à S. Gregório Nazianzeno, além de comparar D. Miguel de Castro a São João Batista.

Há ainda um interessante sermão de exéquias de Dom Afonso Furtado de Mendonça, Arcebispo de Lisboa e Governador de Portugal, pregado em 1630 por Francisco da Maia pertencente à Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho.

Neste sermão podemos perceber, além da comum exaltação à pessoa a que se destina o discurso, uma ênfase à superioridade do poder divino na qual o poder real deve seguir as leis de Deus pois “não há coroa e cetro real mais ilustres, que possamos dar a este prelado, que este livro de tão santas leis.” Então Francisco da Maia irá citar, como recurso retórico, a coroação do rei hebreu, Joas para demonstrar que juntamente com o cetro se entregava através do sumo sacerdote, o livro da lei de Deus pois “a observância e zelo da lei de Deus era o cetro mais honrado e verdadeiro.”³⁶

Outro aspecto relevante no sermão de Francisco da Maia, está no momento do discurso em que o autor ressalta qualidades de um bom pastor criticando aqueles que desejam mandar em muitos despertando a ira de Deus.

³⁵ LUZ, Simão da. Op. Cit. F4A4

³⁶ MAIA, Francisco da. Sermão nas exéquias de D. Afonso Furtado de Mendonça. Lisboa, 1630. p. 104, F.6

Francisco da Maia então criticará certos governos ao trazer o exemplo do príncipe Jonathas que combatendo contra os Filisteus, com muita fome utilizou seu cetro para alcançar o mel , revelando a ofensa de Deus com tal ato.

Assim, o autor critica os abusos de poder cometidos por príncipes e governadores, sendo, em 1630, uma temática bem discutida em Portugal devido ao contexto de crise administrativa em relação aos descumprimentos por parte de Castela ao acordo de Tomar. A respeito dos abusos cometidos por governantes, Francisco da Maia irá ressaltar através da metáfora que para além do exemplo do príncipe Jonathas referido por ele “parece quis o senhor mostrar quão grande culpa era nos príncipes e governadores quando de suas varas e cetros se aproveitam para comerem o mel, o doce e regalo da República. E sendo assim que eles fazem o mal, Deus muitas vezes castiga e põe-se mal com os reis e príncipes supremos(...)a conta de comerem a República e regalo dela engolem também todos os crimes e excessos ”³⁷

Em oposição a estas críticas o autor irá atribuir a D. Afonso Furtado as virtudes das pessoas que trabalham sem, no entanto, se aproveitar das regalias, e ao citar o São Patriarca Jacó atribui ao bom pastor e prelado não se poupar ao frio e calma e com tais princípios conquistará honradamente os cargos, honras e dignidades.

Francisco da Maia irá citar trechos da Bíblia, bem como os egípcios para ressaltar a importância de um governante que seja vigilante, atribuindo advertência aos descuidos dos governantes em relação a seus súditos: “Ah Ministros , Ah prelados, quanto mal faz a República vosso sono dormindo nele os negócios e despachos , e não podendo dormir seguros súditos em vosso descuido. Não é isto o que os cetros e varas estão dizendo, obrigado a contínua vigilância.”³⁸ . Francisco da Maia irá mencionar os cetros e varas do Patriarca Jacó e seu filho Joseph, nomeado vice-rei do Egito, que eram pintados com olhos abertos simbolizando a vigilância no que o autor irá atribuir a D. Afonso Furtado as mesmas virtudes de Jacó.³⁹

Não somente a vigilância mas outras inúmeras virtudes destacadas pelo autor em Jacó serão atribuídas a D. Afonso Furtado tais como riqueza por mérito, bem como ao gastar suas riquezas de forma virtuosa ao “acudir as necessidades dos pobres, as

³⁷ Ibid. p. 120.

³⁸ MAIA, Francisco da. Op.Cit. p. 122.

³⁹ Ibid. p. 124

ocasiões apertadas do Reino, a autoridade de suas Igrejas(...) gastou muito no serviço de sua majestade, acudindo para a católica empresa da Bahia, com armas, munições e dinheiro em maior quantidade que todos os outros prelados do Reino(...). Francisco da Maia irá destacar a necessidade, em momentos de crise, que os eclesiásticos ajudem com suas rendas para defender a pátria e a Igreja quando as forças seculares não são suficientes, pois “acrescentando nele o Estado Eclesiástico o valor de seu sangue mas convertendo a melhores fins, quais eram a defesa da pátria e religião católica contra seus inimigos. Gastar as rendas eclesiásticas em semelhantes empresas, é coisa mui honrada, mui pia e santa.”⁴⁰

Por fim, Francisco da Maia irá mais uma vez exaltar as virtudes do Arcebispo de Lisboa sendo considerado “pai de família , tendo o título de bom”. O autor irá destacar que , assim como Jacó, D. Afonso Furtado recebeu de Deus riquezas por meio honestos de trabalho sabendo gastar em bons serviços à República.

Nestes sermões, além dos aspectos retóricos comuns tais como citações a certas autoridades, citações de trechos da Bíblia, o uso da metáfora demonstram também exemplos de valores vistos como primordiais naquela sociedade, principalmente valores ligados a uma forte moral cristã, e de que modo tais valores complementavam e contribuía na política do período, se constituindo como elementos fundamentais para a organização social.

Referências Bibliográficas

CARDIM, Pedro. “Religião e ordem social. Em torno dos fundamentos católicos do sistema político do Antigo Regime” In: *Revista de História das idéias*. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias.

CARVALHO, José Murilo de. *História Intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura*. . Topoi. Rio de Janeiro, n. 1

GINZBURG, Carlo. *Relações de Força: História, Retórica, Prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002

MARQUES, João Francisco. *A Parenética Portuguesa e a Dominação Filipina*. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986. PÉCORA, Alcir. “Sermões: o modelo sacramental” In: VIEIRA, A. *Sermões*. Seleção de Alcir Pécora. São Paulo: Hedra, 2001

⁴⁰ Ibid. p. 126

SARAIVA, António José. *O Discurso Engenhoso*. Ensaios sobre Vieira. Lisboa: Gradiva, 1996.

HESPANHA, A.M. “A Igreja”. In: MATTOSO, José (Dir.); HESPANHA, A.M. (Coord.). *História de Portugal: O Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

Fontes

GUERREIRO, Bartolomeu. *Sermões nas exéquias de D. Teodósio*. Lisboa, 1632

GOMES, André. *Sermão nas exéquias de D. Teodósio*. Lisboa, 1631

LUZ, Simão da. *Sermão nas exéquias de D. Miguel de Castro*. Lisboa, 1626

MAIA, Francisco da. *Sermão nas exéquias de D. Afonso Furtado de Mendonça*. Lisboa, 1630